

MEMORIAL

INSERÇÃO NO CONTEXTO URBANO

A implantação do edifício acontece na área central da cidade de Curitiba - Paraná, com base na proposta urbanística denominada Marco Zero, cujo objetivo é o de revitalizar o centro tradicional promovendo o uso e a ocupação democrática dos espaços urbanos, para fins de reabilitação, permanência e valorização identitária da população. Isso ocorre em decorrência da integração social das famílias no contexto urbano, otimizando as áreas centrais sem distinção social.

Preocupou-se com o máximo aproveitamento da luz natural, ventos, acessibilidade plena e a ergonomia, principalmente no interior dos apartamentos. Na busca por segurança do usuário e valorização dos aspectos estéticos do conjunto edificado, o ordenamento e a integração entre os blocos permitiu maior permeabilidade do espaço público com o interior do conjunto.

O crescimento populacional e uma sociedade cada vez mais capitalista, o que vem se presenciando é uma crescente desigualdade social, enquanto uns têm acesso às comodidades, outros não as têm. Neste cenário, cabe ressaltar a questão das habitações, que tem atingido patamares bem distintos na vida de cada um, logo, uns conseguem construir sua moradia, enquanto outros não têm esse privilégio e acabam por ir morar em lugares de risco e/ou ilegais, e assim ficam a mercê dos governantes para poderem ter uma moradia digna, esperando que estes desenvolvam políticas habitacionais que atendam essas suas necessidades.

Essa questão da habitação sempre será um problema, que pode ser melhor visualizado nas palavras de Fischer (1994, p.68): “Além disso, como essa ligação é mais ou menos obrigatória segundo a categoria social a que se pertence, a nossa liberdade de escolher o local de habitação, por exemplo, é diretamente determinada pelas limitações econômicas e culturais ligadas à nossa condição.

A pobreza, bem como a falta de informação, leva muitas das pessoas a morarem em lugares irregulares e de risco. Sem outra opção para melhorar de vida, precisam contar com as políticas públicas de habitação.

“A adequação do projeto habitacional dirigido às populações de baixa renda deve levar em conta, além do atendimento das necessidades humanas mínimas de segurança e higiene da família, suas necessidades sociais” (ABIKO; ORNSTEIN, ed., 2002, p.184)